

# III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017  
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



*Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná  
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017*

## **EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL E IMPLICAÇÕES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE FAROL/PR**

ADALBERTO DIAS DE SOUZA

Mestre e Doutor em Administração; Doutor em Geografia  
Docente do curso de Administração da Unespar Campo Mourão/PR  
ad.unespar@gmail.com

CRISTINA MAGIROSKI

Graduanda do curso de Administração  
Curso de Administração da Unespar Campo Mourão/PR  
magiroski007@gmail.com

RODRIGO MONTEIRO DA SILVA

Bacharel em Ciências Econômicas pela  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/PR  
rodrygomsylva@gmail.com

OMAR MATHEUS GALAFASSI DIAS DE SOUZA

Advogado, Especializando em Direito Processual Civil  
Faculdade Integrado de Campo Mourão/PR  
omarmatheusadv@gmail.com

CERES AMERICA RIBAS HUBNER

Pedagoga, Mestre em Educação  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/PR  
ceresribas@yahoo.com.br

**RESUMO** – Este trabalho teve como objetivo analisar as implicações do processo de emancipação político administrativa no município de Farol/PR, ocorrida no ano de 1993. O processo foi analisado como elemento para transformação dos mesmos em novos espaços sociais e políticos para seus cidadãos. Pesquisamos a partir da origem do município procurando trazer um enfoque do mesmo, como institucionalização da escala local, bem como, sobre as possibilidades deste para consolidação do espaço social para os cidadãos. Utilizamos referencial teórico nacional e internacional, no âmbito da Geografia e da Gestão Pública, bem como, de outras ciências quando necessário. Os procedimentos utilizados indicaram a relevância da emancipação municipal para a localidade estudada, pois houve melhorias dos equipamentos e serviços públicos na localidade.

**Palavras-chave:** Gestão Pública Municipal. Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. Governo Local. Geografia do Paraná.

# III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017  
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



*Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná*  
*Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017*

---

**ABSTRACT** - This work had as objective analyze the implications of the political emancipation in the municipality of Farol/PR, occurred in the year 1993. The process was analyzed as element for their transformation into new social and political spaces for its citizens. We researched from the origin of the municipality seeking to bring a focus of the same, as institutionalization of the local scale, as well as on the possibilities for this. We use referential national and international theoretical, within the scope of Geography and Public Management as well as, of other sciences when necessary. The procedures used indicated the Importance of municipal emancipation for the Locality studied, because there were improvements of the equipment and public services, in the locality.

**Keywords:** Municipal Public Management. Mid-Western Meso-region of Parana. Local Government. Geography of Paraná.

## **1 INTRODUÇÃO**

A necessidade e importância de se aprofundar e aprimorar o debate sobre as emancipações municipais e sobre o município no Brasil são enfatizadas por Castro (2005), com base em três aspectos: primeiro, por ser o município um recorte federativo com importante grau de autonomia; segundo, por se tratar de uma escala política, constituindo-se em distrito eleitoral formal para prefeitos e vereadores e, informal para as demais eleições realizadas no Brasil; e, terceiro, porque é no município onde as pessoas habitam, exercendo seus direitos e deveres como cidadãos, sendo também o local onde buscamos grande parte dos serviços públicos aos quais temos direitos.

Assim, o município deve ser foco de esforços permanentes, por parte de seus gestores e também de pesquisadores, visando sua evolução e aprimoramento, enquanto espaço de trabalho, sobrevivência e convivência humana. Enfim, como espaço social. Quando nos referimos desse modo ao município é essa a motivação que permeia o trabalho – a dimensão humana e social nesta espacialidade.

No intuito de se desenvolver ações que ajudem a melhorar a condição de vida dos cidadãos, a emancipação de distritos municipais, elevando-os ao patamar de município, parece ter sido uma das saídas encontradas e utilizadas por algumas lideranças políticas, em muitas localidades brasileiras e, por consequência, também no Estado do Paraná. Apesar de muitas vezes as motivações serem alheias a finalidade de melhorar a vida da sociedade local, esse resultado tem aparecido como parte do processo.

Assim, muitos são os debates e diversas são as conclusões de estudos, em torno da temática da instituição município e de novas emancipações, havendo quem as condene, mas também, muitos que as defendem.

Assim sendo, baseados em prós e contras apontados pelos estudos realizados até recentemente sobre o assunto, as emancipações municipais parecem que continuarão a ser pleiteadas pelos distritos, enquanto existir nos mesmos, ações a serem realizadas, principalmente aquelas demandadas dos meios estruturais, sociais e políticos. Nesse sentido, entendemos haver outros aspectos que devem ser considerados, na sequência da análise sobre a emancipação dos municípios, levando-se em consideração a dinâmica dos desmembramentos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, o que parece justificar também uma avaliação em municípios criados recentemente no Estado do Paraná (ENDLICH, 2009).

Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar as implicações do processo de emancipação político-administrativa, no município de Farol/PR, no período de

1988 a 2015, no tocante ao desempenho socioeconômico, a configuração espacial desses espaços mediante o processo de emancipação, como espaços sociais, geográficos e políticos.

O recorte espacial da pesquisa é o município de Farol, localicado na Mesorregião Centro-Occidental do Paraná, o qual foi emancipado em 01/01/1993. A pesquisa teve um caráter exploratório, com o intuito de descobrir relações entre as variáveis do estudo. Uma pesquisa pode ser considerada de natureza exploratória, quando esta envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e aplicação de questionários, junto a quem teve ou tem, experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 1999).

O delineamento foi do tipo transversal, uma vez que foram verificadas as motivações e resultados do processo de emancipações político-administrativas, nos municípios objetos de estudo, em determinado ponto no tempo.

Assim, houve a necessidade de elaboração de um Instrumento de Coleta de Dados (ICD) que foi aplicado junto à população do município. Em Farol o ICD foi utilizado como questionário, tendo sido destinados ICDs para 83 pesquisados.

## **2 BREVE DEBATE TEÓRICO SOBRE EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL**

Acreditamos ser necessário, ao contrário do que podem imaginar alguns, deixar claro que não podemos enunciar uma definição de município, posto que, como todos os fenômenos da vida orgânica dos povos, não se esgota nos limites de uma síntese, e também, não se confunde com a ideia de cidade e/ou território. No Brasil, João de Azevedo Carneiro Maia (1820-1902) jurista, escritor e historiador é considerado o Pai do Municipalismo Brasileiro. O município já fora há muito compreendido por Maia (1883, p. 77) como “uma forma de actividade social agitando-se em tão larga esphera de relações moraes e políticas, que não é possível definil-o”. O município não abrange somente os aspectos políticos, econômicos e sociais, mas os ultrapassa, pois compreende também o espaço social, entendido aqui como o espaço físico, portanto geográfico, onde se manifestam e ocorrem as relações sociais, entre as instituições formalizadas naquele espaço e seus indivíduos, bem como, entre os agentes que habitam tal espaço social. Além do mais, o espaço é social porque “contém [...], as relações sociais de reprodução [...] e as relações de produção [...], portanto, as funções sociais hierarquizadas” (LEFEBVRE, 2006, p. 35). Então, podemos ser diretos e sucintamente afirmar que o espaço habitado pelo homem, é o espaço geográfico, do qual aqui ressaltados sua dimensão social e por isso nos referimos a espaço social.

O espaço, cenário material e objetivo das relações sociais, no contexto da experiência de indivíduos cognoscentes organizados em sociedade, é em certa medida, construído e

produzido, intersubjetivamente como: a nação, a região, o município. Em cada escala territorial é possível percebermos, que na verdade, existe uma materialidade repleta de valores, um referencial para orientação cotidiana. O que nos leva a Sánchez (1991, p. 61) ao pontuar que cada espaço social produz e organiza diferentemente os fatores que o definem como sociedade. Assim, argumenta: “[...] se articulará y jerarquizará el territorio de acuerdo con la estructura social que lo ocupe; o se adecuará la circulación de los restantes factores, tanto los materiales y productivos, como los de difusión ideológica, cultural y científica [...]”.

Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar as implicações do processo de emancipação político-administrativa, em municípios da Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, no período de 1988 a 2015, no tocante ao desempenho socioeconômico, a configuração espacial e criação de novos espaços sociais e políticos, bem como, verificar o alcance destes como espaços sociais e políticos para cidadãos residentes nessas localidades.

A questão que permeou o trabalho foi quanto ao que acontece nos municípios recém-emancipados na perspectiva social? Situamos tal questionamento em meio aos demais trabalhos existentes sobre o tema, sendo que grande deles voltada a avaliar a questão da fiscalidade e outros quanto aos municípios. Partindo desse objetivo, um dos pressupostos e que podemos considerar como hipótese para o trabalho, foi a de que nestes novos municípios no Brasil, especificamente no Estado do Paraná, houve ganhos sociais locais advindos com a emancipação política. Ainda que tivéssemos essa hipótese, analisamos os quatro municípios de forma a não nos prendermos na afirmativa da questão, mas buscando compreender a real situação das referidas localidades.

Esclarecemos que para este estudo, ganhos sociais são entendidos como um conjunto de serviços oriundos de políticas públicas que tem por função concretizar direitos sociais, demandados pela sociedade e previstos nas leis. Como rege a CF 1988 em seu artigo 6º:

**Art. 6º.** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Então, destacamos a relevância do ganho social. Segundo Lima (2006, p. 8), ganho social alcança o topo em uma pirâmide de prioridades, pois “cria valor público para o cidadão”. Assim, o ganho social reverte-se na dimensão do cidadão enquanto sujeito de direitos e deveres, e que deve se estender a toda sociedade.

Assim, para esta pesquisa a emancipação que transforma o distrito em município e as implicações referentes a este processo compõem parte do processo de produção do espaço, quanto aos seus aspectos: jurídico, econômico e social.

A partir dessa temática apresentada de forma genérica para o município, o presente estudo se propõe a debater o tema, tomando por referência a Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. Tendo em vista a intenção de contribuir para um tema ao mesmo tempo, significativo e complexo, adotaremos neste estudo a perspectiva da sociedade que vive nas áreas influenciadas pelo processo emancipatório.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A divisão do território em novas unidades é um processo histórico, econômico e político de uma sociedade, no qual se produz e reproduz determinado espaço social. Assim também ocorre, com o processo de emancipação político administrativa de municípios no Brasil, que foram mais marcantes nos períodos democráticos, contribuindo de forma significativa para a configuração interna do País (BREMAEKER, 1996).

Em levantamentos realizados sobre a história de Farol tivemos acesso a obra intitulada “Farol, Nossa Terra, Nossa Gente”, livro que foi escrito e publicado pelo ex-prefeito de Farol, Gilmar Aparecido Cardoso. Cardoso (2006) descreve diversos momentos e fatos históricos, dentre os quais, alguns tivemos a oportunidade de comprovar, quando o entrevistamos.

O autor comenta que a região onde se encontra o município de Farol, passou a ser movimentada, por ocasião da construção da estrada que liga Guarapuava a Campo Mourão, passando por Pitanga. Esta estrada foi construída sobre a antiga “picada na mata”, por onde muitas expedições exploradoras passaram no início do século XX.

Os relatos históricos sobre a origem do distrito de Farol também são contados por moradores que lá residem, com pouca variação em seus depoimentos. No levantamento empírico que realizamos no município, tivemos a oportunidade de conhecer detalhes sobre a localidade e conversar com diversos moradores, sendo alguns deles pioneiros que participaram do processo de formação e emancipação do antigo distrito. Um dos cidadãos com o qual também conversamos em entrevista realizada foi o ex-prefeito de Farol, professor Edson Martins.

Martins nos relatou que a ocupação efetiva, com fins colonizadores se deu a partir de 1938, através do pioneiro Silvério Quintino Ribeiro, na comunidade rural do Alto da Boa Vista. Relatou ainda o mesmo que, em meados de 1942, quando aportaram nesta região,

vindas do Sul do Estado, as famílias de Manoel Soares de Lima e Antônio Dutra, os pioneiros e seus familiares, se puseram a derrubar a mata das redondezas, exatamente onde hoje se localiza a sede do município de Farol.

Em seguida iniciaram pequenas lavouras e criação de animais para consumo próprio e comercialização do excedente. Logo, novas clareiras foram sendo abertas na floresta por outros pioneiros que vieram para se juntar as famílias de Lima e Dutra, tendo sido estes os primeiros moradores a edificar uma construção na atual Avenida Paraná, a principal da sede urbana do município.

Assim, o povoado que deu origem ao distrito e, posteriormente, ao município de Farol iniciou-se em 1942 e recebeu o nome de “Pinhalão do Leste”, quando se tornou patrimônio, denominação geográfica.

Após esse período, com a criação do município de Campo Mourão em 1947, a região passou a ter uma ocupação capitalista mais efetiva e rápida. Em 1948 desenhava-se a paisagem de um pequeno povoado com o nome de Pinhalão d’Oeste.

A população de Farol foi formada por diversos grupos étnicos, que a partir da década de 1950 iniciaram a produção do espaço à beira da estrada velha para Campo Mourão. Eles são procedentes de diversos pontos do Brasil e, em alguns casos, filhos de imigrantes europeus.

Com agricultura forte e comércio pujante, Farol tornou-se distrito de Campo Mourão pela Lei Municipal de nº 17, de 30 de novembro de 1955, e como já havia outra localidade com o mesmo nome, os moradores passaram a chamá-la de “Encruzo do Farol” e depois, “Farol do Oeste” e finalmente “Farol”, como é atualmente conhecida (IPARDES, 2015).

A partir da década de 1960, impulsionado pelo cultivo do café e algodão, e de outras lavouras de subsistência, implantadas nas áreas agrícolas que iam sendo desbravadas, o distrito obteve significativo desenvolvimento, principalmente em função da agricultura forte e do comércio que se intensificava na região, com o surgimento, principalmente, dos primeiros comerciantes de produtos agrícolas.

A extensão territorial de um município também é fator importante na composição estrutural do mesmo, pois seu tamanho influencia na proporção de área disponível para produção agrícola do mesmo, podendo assim contribuir para uma maior arrecadação fiscal, quando se trata de localidades com forte vocação para a exploração das diversas formas de agricultura. Os municípios incluídos neste estudo possuem extensão territorial semelhante, com exceção de Luiziana, o qual tem área maior do que os outros três.

A extensão territorial de Farol, com área de 289,232 km<sup>2</sup>, conforme Ipardes (2015) coloca o município na 250ª posição, no ranking de extensão territorial entre os 399 municípios paranaenses. O mesmo limita-se com seis municípios sendo, ao Norte, com os municípios de Araruna e de Tuneiras do Oeste, a Leste, com o município de Campo Mourão, a Oeste com o município de Janiópolis, a Sudoeste com Boa Esperança e ao Sul, com o município de Mamborê (Figura 1).



Figura 1 – Limites do município de Farol

Fonte: Caderno estatístico do Ipardes do município de Farol, 2016.

Quanto ao traçado urbano, em Farol a maioria dos quarteirões tem formato quadrado, com a presença de alguns poucos em formato de retângulo.

A economia local de Farol é movimentada pela agricultura, pecuária de leite, pelo comércio e pela prestação de serviços. Podemos dizer que é dinâmico, porém com produtos básicos, principalmente nos ramos de alimentos e vestuário. Neste sentido, é possível afirmar que Farol cumpre com o papel de uma pequena localidade central, que deve suprir a demanda básica da população nela residente e das proximidades.

Conforme verificamos o município de Farol teve, como muitos outros municípios, motivações influenciadas pelo momento histórico e econômico e pelos interesses dos agentes sociais. Esses momentos são decorrentes da modernização tecnológica no campo, bem como à rede de transportes, serviços públicos, como a educação e saúde. Entendemos que isso possibilitou o acesso e a permanência em novas áreas, contribuindo para que se constituíssem assim novos municípios. Houve então, simultaneamente, o que se denomina força de dispersão e de concentração, difundindo e constituindo os novos municípios (SANTOS, 1982).



Outrossim, com base nos dados coletados, por meio da aplicação de questionários e entrevistas realizadas, com moradores do município pesquisado, constatamos vários avanços e melhorias nos serviços e equipamentos públicos de foram obtidos para a localidade, após a emancipação da mesma.

As melhorias nos serviços e equipamentos públicos de Farol são apresentadas no Gráfico 1, onde demonstramos o percentual total de respostas obtidas, em relação a melhorias em cada serviço e/ou equipamento público, pesquisado junto aos moradores da localidade, respondentes à pesquisa. Neste gráfico, as respostas afirmativas quanto a melhorias, em relação ao serviço ou equipamento público, estão expressas no “% Sim”, e as respostas negativas, expressas no “% Não”, procedimento este adotado também para os demais gráficos que expressam os resultados relacionados a estes serviços e equipamentos públicos, nos demais municípios objeto deste estudo.

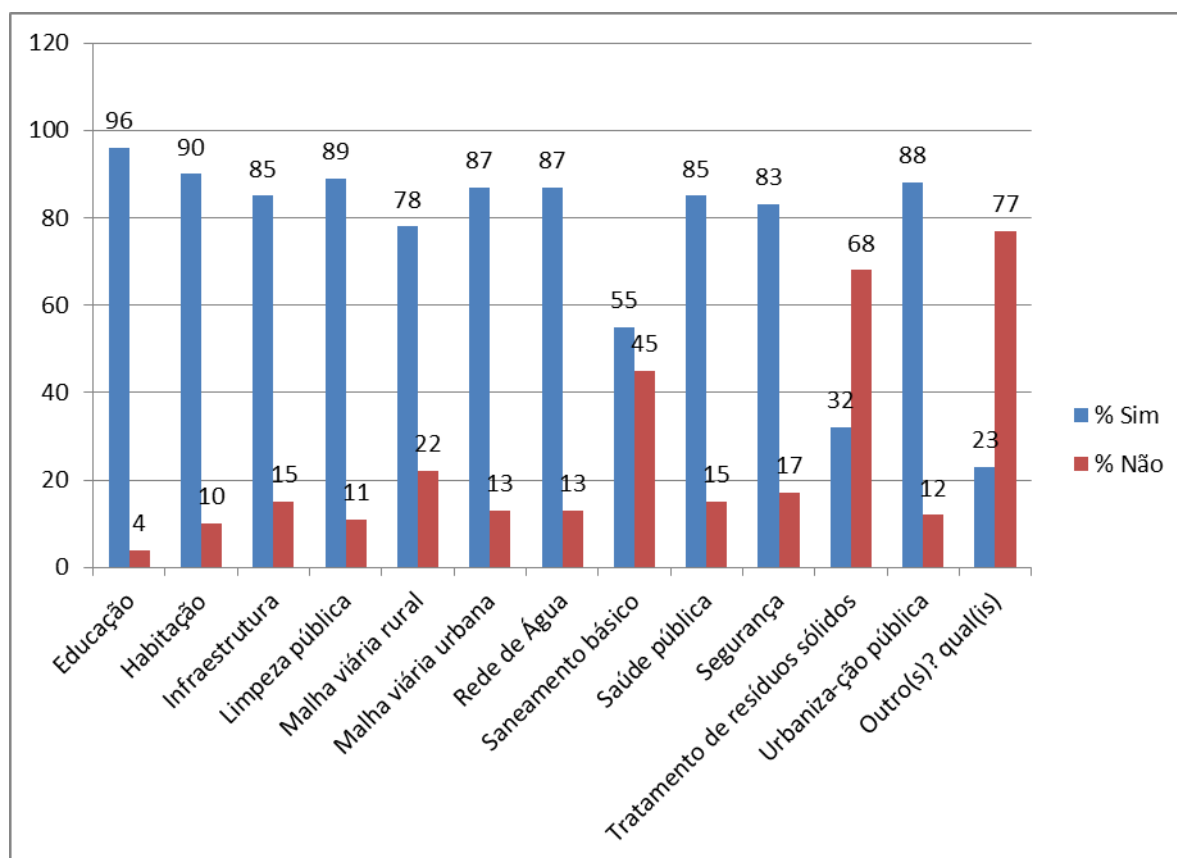


Gráfico 1 – Farol, melhorias nos serviços e equipamentos públicos do município, 2016  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Uma das melhorias apontadas por quase todos os pesquisados em Farol, foi a educação com 96%. Segundo dados do Censo/2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), encontravam-se matriculados 484 alunos no Ensino Fundamental e 167 alunos no Ensino Médio. Ressaltamos, especialmente os dados relativos ao ensino médio, pois esse grau de ensino foi implementado no município após sua emancipação. Antes disso, os alunos que frequentavam este nível de ensino tinham que deslocar até a cidade mais próxima para frequentar a escola. Também, no que diz respeito à educação, os profissionais receberam cursos de capacitação, foram adquiridos materiais pedagógicos e contratação de mais profissionais. Enfim, os resultados da pesquisa apontam que a educação passou a ser tratada com mais atenção e investimentos.

Outro ponto importante a ser destacado é a melhoria no serviço de habitação, uma vez que a grande maioria dos pesquisados dizem ter melhorado bastante, devido a maiores investimentos e construção de conjuntos habitacionais. Segundo eles, através da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) ou do Programa Minha Casa Minha Vida, mantido pelo Governo Federal, fazendo com que mais pessoas conquistassem a casa própria.

No entanto, no ponto de vista de uma pequena parcela da população, a situação está semelhante à enfrentada quando o município ainda era distrito de Campo Mourão, tendo ocorrido poucas melhorias.

Ao se referir a melhoria na infraestrutura dos serviços públicos no município, a grande maioria dos pesquisados, disse ter ocorrido melhorias significativas, tais como, construção de posto de saúde, como citado anteriormente foram três; obtenção de maquinários; construção de asfalto; melhorias de ruas e avenidas da cidade; melhorias nos sistemas de comunicação (telefonia e Internet); construção de praças e instalação de iluminação pública; fazendo com que a cidade se tornasse mais organizada.

A questão da limpeza pública do município também foi apontada como satisfatória, haja vista que melhorou muito. Para grande maioria dos pesquisados a cidade está mais limpa, há coleta seletiva de lixo para combate ao mosquito da dengue e as ruas estão mais cuidadas. Entretanto, para uma minoria essas melhorias não foram tão significativas, pois ainda faltam oportunidades de trabalho no município, fazendo com que a situação do mesmo não seja declarada como ótima, pelos cidadãos, mas sim, como sendo regular aceitável.

No que se refere a malha viária rural do município, boa parcela dos moradores apontaram melhorias, pois há maquinários próprios para atender as necessidades locais, as estradas foram cascalhadas. Também relatam que houve aumento da quantidade de estradas rurais.

No entanto, uma parcela dos pesquisados, afirmou que as melhorias não foram tão significativas, pois ainda há lugares que requerem um pouco mais de atenção e cuidado, por parte de quem se utiliza dessas estradas.

Já no que se refere à malha viária urbana, os moradores apontam que a mesma passou por muitas mudanças. Na opinião da grande maioria dos pesquisados, essas mudanças foram positivas, já que quase todas as ruas foram asfaltadas e as calçadas foram arrumadas, dando um aspecto melhor à cidade. Entretanto, cabe ressaltar que uma pequena parcela ainda se mostra descontente com a situação, pois a mesma poderia ser melhor e poderiam ser destinados mais recursos financeiros para sua manutenção.

O serviço de distribuição de água já existia anteriormente em Farol quando distrito, conforme informaram os moradores consultados, sendo que a mesma foi ampliada para as comunidades rurais, havendo também, no município, um posto da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), para atender os serviços necessários. Suas características negativas, apontadas por uma minoria dos moradores, são bueiros entupidos com frequência e poucas melhorias nesse setor.

Com relação ao saneamento básico, que trata das atividades relacionadas ao abastecimento de água potável, tratamento do esgoto, limpeza urbana e também manipulação de resíduos sólidos, visando o bem estar e saúde dos cidadãos, boa parte dos consultados 54,9%, afirmam que este serviço continua suficiente, com limpeza da área urbana, coleta de lixo semanalmente e água potável sendo fornecida pela Sanepar. Contudo, de acordo com os moradores que pudemos contactar, não houve grandes avanços, se comparado com a situação em que o município já se encontrava quando distrito neste sentido.

A saúde no município tem sido um dos serviços públicos em que houve significativos avanços. Dos pesquisados 85%, conforme Gráfico 2, apontam essas melhorias, as quais vão desde a prevenção de doenças, organização dos serviços médicos e também psicológicos, presença de mais médicos no posto de saúde, até o fato de, ao que parece o município passou a disponibilizar mais investimentos para esta área. Podemos confirmar esses dados com a pesquisa realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES, 2015) e do IBGE (2012), que mostram a implantação de três estabelecimentos, sendo um centro de saúde e unidades básicas de saúde municipais. No entanto, pequena parcela mostrou insatisfação com o serviço, alegando demora no atendimento, falta de organização e possibilidade do município investir ainda mais nesses serviços.

Quanto ao quesito segurança pública, a grande maioria dos pesquisados diz ter havido avanços neste setor, no referido município, isto porque, segundo eles, há mais policiais nas ruas, houve a construção de delegacia (destacamento policial), visando proporcionar mais segurança aos cidadãos, combate a delitos e infrações cometidas e policiamento mais intenso das vias públicas. Porém, uma parcela dos respondentes diz que este serviço poderia melhorar ainda mais, principalmente no que se refere ao combate aos delitos, bem como, ter mais agilidade no atendimento aos cidadãos, pois algumas vezes é demorado, quando se necessita do mesmo.

Um dos serviços públicos que, segundo os moradores consultados, ainda apresenta grande deficiência é o tratamento de resíduos sólidos, tanto urbanos, quanto rurais. Neste quesito, uma parcela dos mesmos aponta como um ponto crítico, ou seja, não há aterro sanitário no município o que, segundo eles, deveria ser melhorado. Também apontam que há uma significativa falta de organização no município, no que diz respeito a esse assunto de um modo em geral.

No que se refere à urbanização do espaço público, entendido aqui como a rua (calçada e pista de rolamento), praças, parques, jardins, rotatórias são espaços de domínio do município, bem como os equipamentos urbanos também são espaços públicos como as

creches, escolas, bibliotecas, sede da administração pública, entre outros. Conforme os moradores consultados esses serviços são suficientes para a grande maioria, pois asseguraram que a iluminação pública melhorou. Mesmo porque hoje há um maior cuidado com as necessidades do município e que nem mesmo o crescimento populacional trouxe problemas ao planejamento.

Apenas uma pequena parcela dos moradores consultados apontam avanços em outros setores tais como o desenvolvimento do comércio, geração de empregos, valorização dos terrenos do próprio município, arrecadação maior e melhorias nas estradas rurais.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Farol, houve um crescimento no período de 1991-2010. Observamos que passou de 0,395 em 1991 para 0,715 em 2010. Trata-se de um expressivo avanço. Como o IDHM é a soma das variáveis longevidade, esperança de vida ao nascer e educação (Escolaridade da população adulta e Fluxo escolar da população jovem). Por fim, com base nos dados coletados pela pesquisa, parece ficar claro que houve aumento nos serviços públicos disponibilizados pelo município de Farol, aos seus cidadãos, o que, aparentemente, contribui para o progresso nas condições de vida, para os residentes na localidade, e também para o avanço dos serviços prestados à comunidade em geral, o que será descrito mais detalhadamente a seguir.

Quando questionados se a emancipação proporcionou ganhos sociais e/ou melhores condições para o desenvolvimento social e econômico do novo município, a grande maioria acredita que sim, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Farol, emancipação - ganhos sociais e/ou melhores condições de vida, 2016

SIM/NÃO	Número de respostas	%
Sim	67	81
Não	15	18
Não respondeu	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Considerando o retorno obtido por parte dos moradores, podemos inferir que, ao se emancipar do município sede de Campo Mourão, Farol obteve muitos avanços em diversos dos seus serviços públicos, o que pode ter contribuído para que houvessem ganhos, tanto sociais, quanto econômicos ao novo município, e conseqüentemente para as pessoas que lá residem, conforme apontam as respostas obtidas junto a grande maioria dos pesquisados.

### **3 CONCLUSÕES**

Este estudo teve também a intenção de demonstrar a importância de olhar as emancipações municipais, não somente sob o ponto de vista econômico e pelo viés enfatizado por lideranças políticas, presentes em escala nacional e estadual, mas também sob a ótica do cidadão que vive nas localidades emancipadas. Enfatizamos a necessidade de se pensar tais emancipações, como sendo uma possibilidade de melhorias nas localidades onde vivem as pessoas, tendo ainda como premissa básica que o fato de que um dos objetivos principais da existência do Estado é proporcionar disponibilização de equipamentos públicos, atendimento e prestação de serviços públicos adequados e condições de vida digna à população. Afinal, o Estado não é finito em si mesmo, mas sim, ele existe, não somente, mas também, para proporcionar segurança e bem estar aos cidadãos que pagam os tributos, contribuindo para com a manutenção e o funcionamento da máquina estatal.

A pesquisa indicou que há uma coerência no discurso dos agentes locais, pois entre os moradores de Farol, há o entendimento de que houve melhorias nas condições de vida nesses municípios, isso quando pensamos nos direitos mais elementares, indispensáveis: acesso à escola e assistência básica à saúde. O que nos leva a considerar que a emancipação municipal foi uma resposta favorável às demandas locais. Ainda, desde as instalações destes, deu-se início a um novo período de suas histórias, com os avanços e ganhos sociais oportunizados pela emancipação, ou seja, a passagem de um período para outro, a mudança do conteúdo histórico por meio do seu percurso, porque antes disso, Farol era distrito de Campo Mourão, ficando, portanto sujeito as diretrizes do município de origem. Percebemos que, uma vez emancipado, houve uma ruptura na continuação deste município enquanto distrito e passou a vivenciar assim um novo período, enquanto município, pois à partir de então é de sua competência a promoção do desenvolvimento social e econômico e da cidadania, evidenciando a transformação do espaço.

Por fim esclarecemos que este estudo, não tem a pretensão de esgotar o assunto à partir destas constatações e debates suscitados a respeito do tema. O que nos parece ser possível é estabelecermos um marco teórico, sobre a importância do adequado entendimento a respeito do significado das emancipações municipais, tanto no meio acadêmico, quanto político, servindo assim de ponto de partida para que novas pesquisas sejam suscitadas, tais como, estudar distritos não emancipados e comparar com a realidade encontrada nos municípios recém-emancipados, dentre outros.

Estas sugestões para futuras pesquisas visam ampliar o leque de conhecimentos e consubstanciar os debates sobre este tema tão relevante para a vida das pessoas e para o desenvolvimento dos municípios, pequenos ou não, presentes nas diversas regiões do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – SRI/PR. Notícia. **Municípios receberão um ponto percentual a mais em repasse da União.** Disponível em: <http://www.sri.gov.br/conteudo/noticias/municipios-receberao-um-ponto-percentual-a-mais-em-repasse-da-uniao>. Acesso em: 05/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição política do império do Brasil (de 25 de março de 1824).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em 05/05/2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Senado Federal: Secretaria Especial de Informática, Brasília, DF, 2013a.

\_\_\_\_\_. **BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado

BREMAEKER, F. E. J. **Limites à criação de novos municípios: A emenda constitucional nº 15.** In: Revista de administração municipal, v. 43, nº 219, p.118-128. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

CARDOSO, G. A. **Farol: nossa terra, nossa gente.** Copyrigh, 2006.

CASTRO, I. E. de. **Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala política local.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 18, p. 35-51, 2005.

CASTRO, J. N. de. **Direito Municipal Positivo.** 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ENDLICH, A. M. **Desafios da escala local no Brasil. In: As novas geografias dos países de língua portuguesa – paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal.** CEI – Centro de Estudos Ibéricos, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE **Cidades.** 2012. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410755&idtema=118&search=paranalfarolÍndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>. Acesso em: 23/10/15.

IPARDES. **Caderno estatístico:** município de Quarto Centenário. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87365>. Acesso em: 20/03/15.

\_\_\_\_\_. **Caderno Estatístico: município de Farol.** Fevereiro de 2015. Disponível em: [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br). Acesso em 03/09/2015.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006.

LIMA, P. D. B. **Excelência em Gestão Pública.** Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MAIA, João C. de A. **O município: Estudos sobre a administração local.** Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, Economía y Sociedad.** Barcelona: Siglo XXI de España Editores, 1991.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.